



# A "FAVELA URBANIZADA": MEMÓRIAS DE UMA HISTÓRIA COMUM

The "urbanized favela": Memories of a common history

http://doi.org/10.17648/revistaterritorialidades-v1n1-4

Miguel Bustamante F. Nazareth Universidade Federal Fluminense (UFF) E-mail: mgbustamante@gmail.com Orcid: orcid.org/0000-0003-4884-2701

#### **RESUMO**

Desde 2009, estuda-se as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, na Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014, começamos a analisar a apropriação do espaço da "favela urbanizada" de um ponto de vista etnográfico. Neste artigo, confrontamos os resultados de entrevistas, oficina de mapeamento e observações de campo com dados e fatos históricos, a fim de revelar narrativas particulares dentro de um contexto geral das cidades brasileiras. Primeiro, situamos o contexto da pesquisa e desenvolvemos o conceito de "apropriação do espaço". Em seguida, apresentamos a história da urbanização do bairro do Jaguaré e da consolidação da Vila Nova Jaguaré. Por fim, exploramos as categorias "favela", "comunidade" e "bairro" como sínteses da apropriação do espaço daquilo que se vem chamando "favela urbanizada". O argumento do artigo é que as narrativas que os moradores elaboram da Vila Nova Jaguaré costuram memórias específicas de uma história comum às cidades brasileiras.

**Palavras-chave:** Favelas. Apropriação do Espaço. Territorialidades. Urbanização de favelas. Consolidação.

#### **ABSTRACT**

Since 2009, scholars have been studying the transformations that Vila Nova Jaguaré, a slum located in Jaguaré neighborhood, in São Paulo's West Zone, had been suffering after a public intervention. From 2014, we started to analyze the appropriation of space in this "urbanized favela" from an ethnographic point of view. In this article, we compare the results of interviews, mapping workshop and field observations with historical data and facts, in order to reveal particular narratives within a general context of Brazilian cities. First, we situate the research context and develop the concept of "space appropriation". Then, we present the history of urbanization in Jaguaré neighborhood and the consolidation of Vila Nova Jaguaré. Finally, we explore the categories "favela", "community" and "neighborhood" as a synthesis of the appropriation of the "urbanized favela". Our main argument is that the narratives that residents make of Vila Nova Jaguaré produce specific memories of a common history of Brazilian cities.

**Keywords**: Favelas. Appropriation of Space. Territorialities. Urbanization of favelas. Consolidation.

## INTRODUÇÃO

De 2014 a 2016, realizamos uma pesquisa intitulada "Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários", a partir da qual estudamos assentamentos populares em São Paulo (Brasil) e em Medellín (Colômbia). A pesquisa envolveu pesquisadores brasileiros e colombianos que integram o Napplac (Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído/FAUUSP) e o grupo Maso (Medio Ambiente y Sociedad/Universidad de Antioquia). O objetivo foi analisar os aspectos socioeconômicos e físico-urbanísticos de experiências recentes em urbanização de favelas e bairros populares. Para tanto, selecionamos três áreas de estudo, duas em São Paulo e uma em Medellín; as análises tomaram diversas frentes: investigações sobre a política urbana, mobilidade, espaço público, meio ambiente, participação social e provisão habitacional. Os principais resultados da pesquisa estão reunidos no site oficial e no livro Barrios Populares Medellín: Favelas São Paulo (ZUQUIM; MAZO, 2017).

O grupo de pesquisa englobava estudantes de graduação, mestrado, doutorado e professores da Universidade de São Paulo e da Universidad de Antioquia. Foram articulados diversos métodos de levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Para subsidiar as análises físico-urbanísticas de morfologia e paisagem, desenvolvemos um Geoportal<sup>2</sup>, plataforma de dados georreferenciados que reúne informações sobre o ambiente construído, como sistema viário, espaços livres, provisão habitacional, e também sobre a política urbana, regulação urbanística, projetos e intervenções realizadas nas áreas de estudo.

O grupo de pesquisa esteve reunido em dois colóquios, um em São Paulo e outro em Medellín, nos quais os pesquisadores puderam visitar juntos os três assentamentos estudados. Realizamos, também, 2 oficinas com moradores, uma em Vila Nova Jaguaré (São Paulo) e outra em Santo Domingo Savio (Medellín). Esses lugares foram adotados como estudo de caso por dois pesquisadores do grupo: minha pesquisa de mestrado abordou a Vila Nova Jaguaré (NAZARETH, 2017), enquanto o estudo de Liliana Maria tratou de Santo Domingo Savio (MAZO, 2017). As metodologias dessas duas pesquisas individuais envolveram entrevistas e idas a campo, o que enriqueceu sobremaneira o levantamento de dados da pesquisa em grupo.

A Vila Nova Jaguaré, que fica no bairro do Jaguaré, na capital paulista (Figura 1), passou por processo de urbanização entre 2006 e 2011. Esse assentamento já vinha sendo estudado desde 2009 pelas professoras Maria de Lourdes Zuquim e Yvonne Mautner, que produziram o vídeo "Velha Nova Jaguaré", documentando o processo de urbanização daquele espaço (ZUQUIM; MAUTNER, 2013). Já existiam, também, muitos materiais disponíveis que tomam a Vila Nova Jaguaré como caso de estudo, incluindo não só vasta bibliografia, como um grande banco de dados com fotos, mapas, entrevistas documentos produzidos conjuntamente por diversos pesquisadores que integram ou integraram o Napplac.

Em minha pesquisa de mestrado, busquei compreender a apropriação do espaço da Vila Nova Jaguaré. A análise estava temporalmente situada, mas a leitura do presente fora feita a partir das narrativas que as pessoas elaboravam das transformações recentes do espaço. Isso, porque a inserção em campo, relacionada à pesquisa dos grupos Napplac e Maso, se deu no contexto da seguinte pergunta: o que mudou depois da urbanização?

Esse contexto influenciou a coleta de dados na oficina e em entrevistas de maneiras diferentes. Na oficina "A Vida na Nova Jaguaré", utilizamos fotos aéreas de antes e depois da urbanização, estimulando a comparação. A narrativa criada situa o momento atual em relação

<sup>1</sup> Cf.: www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Cf.: www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/geoportal. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Para este trabalho, também foram analisadas entrevistas mais antigas que fazem parte da produção do vídeo "Velha Nova Jaguaré", de 2009, e outras realizadas por Gabriela Barros, em 2014.

ao passado "pré-urbanização". As entrevistas<sup>4</sup> que elaboramos foram semiestruturadas, com perguntas abertas sobre a percepção da Vila Nova Jaguaré e outras fechadas sobre as transformações recentes (BONI; QUARESMA, 2005). Cada interlocutor seguia sua história de vida de maneira a explorar a sua relação com a Nova Jaguaré. Era comum que fossem feitas comparações de "antes e depois", situando o momento atual em relação ao passado, em intervalos nem sempre assinalados com rigor.

Figura 1 - Município de São Paulo (esq.), distrito do Jaguaré (cen.) e Vila Nova Jaguaré (dir.)

**Fonte:** Elaborado a partir de imagens obtidas em habitasampa.inf.br, acesso em 20/06/2020.

Além disso, as narrativas eram construídas para essa personagem que vem de fora para estudar o que mudou com o processo de urbanização. Por isso, as pessoas faziam diferentes usos das entrevistas; alguns aproveitavam para denunciar injustiças, enquanto outros defendiam a urbanização e seus benefícios. No geral, elas tensionavam benefícios e impasses, mudanças e continuidades, passado e presente para se posicionar frente ao "pós-urbanização". Nesse contexto, o "momento atual" foi compreendido através de várias leituras que se fizeram do espaço da Vila Nova Jaguaré. A "favela urbanizada", portanto, é o recorte desse espaço ao qual o pesquisador de urbanização de favelas teve acesso, ou seja, as narrativas da "nova realidade" que é descrita.

O ponto de partida dos trabalhos de campo foi a oficina "A Vida na Nova Jaguaré". A oficina aconteceu em junho de 2015 e foi realizada em parceria com o Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) da Congregação Santa Cruz. O CCP está sediado dentro da Vila Nova Jaguaré, onde se desenvolvem diversos cursos direcionados à capacitação profissional e outras atividades de cultura e lazer, como aulas de música e dança, feiras e festas.

A proposta da oficina foi realizar um mapeamento coletivo junto aos moradores, de modo a espacializar impactos da urbanização. Além de outros materiais e métodos<sup>5</sup>, utilizamos fotos aéreas de antes e depois das obras, bem como adesivos com imagens que representavam palavras-chave (pictogramas)<sup>6</sup>dentro dos quatro temas da pesquisa: Habitação, Espaço Público, Participação Social e Meio Ambiente. Participaram cerca de 30 pessoas, em sua maioria jovens moradores da Vila e usuários do CCP.

Com base nos relatos da oficina e das entrevistas, podemos afirmar que a intervenção trouxe melhorias que aumentaram a qualidade de vida e que permitiram novas oportunidades de geração de renda; mas, por outro lado, persistiram situações de precariedade e surgiram novos conflitos (NAZARETH, 2017). A urbanização desencadeou diversos processos urbanos e atividades, "novidades" que alteraram significativamente o cotidiano da população. E, desde o primeiro momento de preparação da oficina, já emergiam percepções mais críticas sobre os

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Nove entrevistas foram realizadas por Sofia Toi e Miguel B. F. Nazareth, em 2016.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Também foram elaboradas atividades de mapa mental e desenho livre sobre as fotos aéreas de antes e depois da intervenção.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Os pictogramas foram criados com base em Risler e Ares (2013).

benefícios da intervenção. Se, por um lado, alguns deixavam claro que a urbanização era uma conquista, o discurso que prevaleceu foi o de que "a urbanização trouxe coisas boas e ruins".

Em meu mestrado, busquei compreender a estrutura da apropriação do espaço da Vila Nova Jaguaré. Neste artigo, argumento que as categorias utilizadas para formular narrativas sobre a "favela urbanizada" criam pontes que ligam os dilemas da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições da urbanização do bairro Jaguaré, onde a primeira se situa. As narrativas tecem memórias particulares dentro de uma história comum às cidades brasileiras, na qual o moderno é associado ao atraso (MARICATO, 1996, p. 14-15).

## APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

A abordagem metodológica utilizada foi inspirada em um movimento próprio da etnografia: de aproximação – em relação ao cotidiano e ao conhecimento locais – e distanciamento, a fim de reavaliar as teorias que orientam o olhar do pesquisador (MAGNANI, 2012). Nessa dinâmica de alinhamento entre teorias e objeto, diferentes conceitos abordados por diversos autores tiveram participação, embora tenham contribuído de forma desigual nas etapas da pesquisa. As referências bibliográficas foram constantemente reavaliadas. Algumas linhas teóricas foram exploradas e outras afastadas, sempre de acordo com o grau de adesão que tinham com a fala dos moradores e os saberes que eles articulavam. As categorias de análise, por sua vez, surgiram nessa troca. Portanto, estão muito vinculadas às particularidades da Vila Nova Jaguaré e ao contexto da pesquisa, ou seja, ao olhar do pesquisador e à sua inserção em campo.

A construção da metodologia se deu nesse processo de aprendizado: como estudar a apropriação do espaço *nesse* lugar, dialogando com essas pessoas e dentro *desse* contexto acadêmico?

A princípio, exploramos as formas de apropriação nas áreas livres para compreender as disputas na "favela urbanizada". São diversos os interesses projetados sobre esses espaços, que se transformam em comércios, moradias, garagens, áreas de lazer etc. Eles são disputados e os grupos com maiores poderes conquistam maiores fatias. E é seguindo esse jogo de forças a partir do qual a apropriação no espaço físico se movimenta.

No entanto, estudar a estrutura da apropriação do espaço envolve buscar seus determinantes. A "favela urbanizada" é mais do que a soma dos grupos sociais e conflitos que ela reúne; e esse mais é o que determina a sua apropriação. A proposta é conectar a análise dessas disputas na Vila Nova Jaguaré com uma leitura mais ampla da Vila Nova Jaguaré.

A apropriação do espaço é um processo essencialmente subjetivo, pois trata das relações entre pessoas e espaço. Para Lefebvre (2000), o espaço não é somente um suporte físico, mas uma produção social. Milton Santos (1996) entende o espaço como sistemas de objetos e sistemas de ações, ou seja, processo que engloba "a materialidade e a vida que a anima" (SANTOS, 1996, p. 62). Garcia (1976), por sua vez, defende que o espaço deve ser entendido dentro de uma cultura, pois incorpora elementos estruturais da sociedade na qual está inserido. Nessa medida, o espaço deve ser entendido como uma totalidade abstrata produzida socialmente, de modo a reunir atores, objetos e relações. Podemos dizer que o espaço conta toda a história de uma sociedade.

Contudo, no plano do concreto, do cotidiano, o espaço é visto e sentido de uma perspectiva individual. A apropriação pode ser entendida como a leitura particular de um indivíduo sobre um espaço abstrato. Por isso, Raffestin (1993, p. 143) propõe uma distinção entre os conceitos de espaço e território: "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço".

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>A frase foi dita por um jovem participante da oficina "A Vida na Nova Jaguaré".

As narrativas que apropriam o espaço e geram representações sempre têm base em experiências pessoais. Os valores são como lentes que permitem certas leituras dos espaços físicos, de modo que as atividades que se desenvolvem neles são orientadas por interesses específicos. Os indivíduos possuem olhares particulares dentro do contexto geral da sociedade na qual eles se inserem. Seguindo a distinção de Raffestin (1993), o território é concebido a partir de um sujeito que interpreta o espaço. Logo, podemos argumentar que esse território reúne memórias de uma pessoa.

A construção da metodologia considera que a apropriação do espaço implica uma relação entre memória e história. Isso nos leva a pensar que as narrativas da "favela urbanizada" devem ser entendidas dentro do contexto histórico que a produziu. Por isso, primeiro vamos explorar a história da consolidação da Vila Nova Jaguaré.

Entendemos a consolidação como o processo de lutas materiais e simbólicas pelo direito de uma favela<sup>8</sup> à cidade<sup>9</sup>. Essas lutas só existem em resposta a forças contrárias que removem a favela da cidade, igualmente em esferas materiais e simbólicas. A consolidação ganha materialidade com a segurança jurídica da posse, o atendimento a serviços públicos e a durabilidade dos materiais de construção. Mas, toda essa luta envolve a compreensão da favela como solução habitacional possível dentro de um contexto de urbanização desigual.

Todas as favelas passaram por processos de consolidação porque elas são resultado de um processo de ocupação informal que foi e ainda é estigmatizado. A informalidade urbana é uma linguagem urbana empregada por ricos e pobres, mas somente as favelas sofreram com grandes programas de remoção. As narrativas da favela como "patologia social" (VALLADARES, 2000, p. 14), "ocupação subversiva" (BIMBI, 1996, p. 36-37), "trampolim para a cidade" (BUENO, 2000, p. 56) e "moradia provisória" (SILVA, 2009, p. 115) aparecem em diferentes contextos para justificar as remoções. Compreendemos que cada favela possui uma consolidação específica para enfrentar essas ações e narrativas dentro do jogo de forças particular de sua cidade. E essa formulação nos leva a uma pergunta: a consolidação acabou? Para Vila Nova Jaguaré e muitas outras favelas, o processo de consolidação levou à segurança de permanência. De certa forma, as regularizações fundiária e urbanística encerram um ciclo histórico, finalmente atendendo às demandas dos movimentos de favela. Mas, os resultados de pesquisa nos dão pistas para esboçar as novas configurações que essa disputa assume.

A luta pela consolidação foi travada por diversas favelas no Brasil, e na Vila Nova Jaguaré ela teve suas peculiaridades. A "favela urbanizada", que é como optamos chamar a "nova realidade" descrita pelos moradores, se torna possível dentro desse processo específico de lutas. Por isso, apresentamos a seguir um breve contexto da urbanização do bairro do Jaguaré e da consolidação da Vila Nova Jaguaré, a primeira favela do bairro.

#### O FRACASSO DO BAIRRO OPERÁRIO

Planejado em meados de 1930 como bairro industrial nos moldes estrangeiros<sup>10</sup>, o Centro Industrial Jaguaré se revelou um projeto inexequível, enfrentando problemas na instalação das indústrias e na consolidação do loteamento residencial (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> O termo "favela" se refere a assentamentos populares que têm sua origem na ocupação de áreas ociosas e que possuem características físico-urbanísticas e identidade próprias, porque são produzidas por consolidação urbana específica.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A consolidação pode ser entendida como a luta específica de uma favela no contexto geral do Direito à Favela, que é proposto por Renata Souza e Marielle Franco. Cf.: www.wikifavelas.com.br/Direito\_à\_Favela.

<sup>10</sup> Os bairros operários europeus surgiram no final do século XIX, porque as precárias condições de vida dos trabalhadores passaram a preocupar os capitalistas, visto que eram associadas à perda de produtividade. Na prática, facilitavam o controle social do trabalhador tanto nas horas de trabalho como nas horas livres, constituindo um mecanismo disciplinar que impunha a moral e as normas de vida da burguesia em troca de condições de vida mais adequadas.

Mesmo com muitos incentivos para que o Jaguaré se tornasse um distrito industrial, com operários morando em bairro de alta qualidade de vida e próximos aos seus locais de trabalho, o projeto do Centro Industrial se mostrou inviável frente a particularidades e contradições do processo de urbanização da capital paulista. Nos termos do debate de Maricato (2000) sobre as contradições do planejamento e regulação urbanística no Brasil, pode-se dizer que o engenheiro Henrique Dummont Villares, responsável pelo empreendimento, desenhou uma "ideia fora do lugar" e produziu um "lugar fora da ideia".

O projeto inicial do bairro previa ampla rede de equipamentos públicos de lazer e serviços: uma escola, uma praça de esportes, um restaurante, 42 praças, um centro de recreação, um belvedere equipado com churrasqueiras, um cinema e um centro cívico comercial. Mas, a venda dos lotes industriais e a provisão de infraestrutura ao bairro entraram na lógica especulativa dos processos de expansão periférica, e as áreas residencial e industrial se desenvolveram de forma dissociada. Ainda, o perfil do operariado local contrariou as expectativas do engenheiro, caracterizando-se pela mão-de-obra não especializada, flutuante e, portanto, mal remunerada. Como o bairro passou a ser habitado por populações com poder aquisitivo menor do que o esperado, cuja grande maioria não trabalhava nas indústrias da região, os lotes tais quais foram planejados ficaram inacessíveis. Aos poucos, o bairro passou a vivenciar processos de precarização – lotes sendo vendidos sem qualquer construção, reparcelados e também edificados com materiais baratos (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972).

Nesse contexto, grande parte dos equipamentos previstos não foram construídos. Na década de 1960, o bairro carecia de atendimento público de serviços básicos, sendo que as ruas eram de terra e o transporte público, ineficiente. Aos poucos, o bairro foi se urbanizando, sendo integrado à cidade e recebendo infraestrutura. A partir de meados de 1960, cresceu a demanda local por moradia e ocupou-se o parque público, formando a primeira favela do bairro. Quanto mais o bairro se desenvolvia, mais a Vila Nova Jaguaré e outras favelas do bairro se adensavam.

## A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ

Desde a sua formação até os dias atuais, a primeira favela do Jaguaré passou por mudanças em seu espaço físico e nas relações que sua população manteve com o poder púbico. E essas mudanças se refletiram inclusive nas formas como o assentamento era reconhecido pela mídia, poder público e moradores. Embora esses grupos sociais tenham desenvolvido diferentes narrativas ao longo do tempo, pode-se contar uma história da consolidação 11 de Vila Nova Jaguaré que nasce como favela, transforma-se em vila para evitar a remoção, integra as lutas dos movimentos favelados e hoje é um núcleo urbanizado 12.

Nos seus primeiros anos de existência, o contato entre moradores e funcionários públicos favorecia a permanência no local<sup>13</sup>e, em menos de dez anos, a Favela do Jaguaré, como era conhecida a primeira favela do bairro do Jaguaré, já abrigava 400 famílias. No final da década de 1960, a Ação Comunitária do Brasil (ACB) realizou um seminário para ajudar os moradores da favela a se organizarem pela resolução dos seus "problemas comunitários". A

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Essa narrativa foi desenvolvida no primeiro capítulo da dissertação "Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro" (NAZARETH, 2017). Ela toma como central a história da luta dos moradores da Vila Nova Jaguaré em prol da regularização urbanística e fundiária. Para embasá-la, foram utilizados trechos do Diário Oficial do Estado de São Paulo e reportagens do jornal Folha de São Paulo.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> O núcleo urbanizado é um termo técnico utilizado pela prefeitura para identificar o assentamento precário (outro termo técnico) após a urbanização.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Taschner (1982) aponta que João, que afirma ser o primeiro morador da favela, mantinha contato com o Serviço de Patrimônio da Prefeitura e identificava-se como ajudante do fiscal da Prefeitura, dirigindo a ocupação de acordo com as orientações que lhe eram passadas.

ACB é uma entidade fundada pelo empresariado paulista com o objetivo de suscitar lideranças e organizações de moradores e "demonstrar a eficácia da ação comunitária"<sup>14</sup>. Geralmente, a ACB estimulava a construção de escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários e outros equipamentos. O grupo de empresários também visava "aumentar a disponibilidade de mão-de-obra", nas palavras do presidente da ACB<sup>15</sup>.

No seminário, os moradores da Favela do Jaguaré levantaram seus problemas comuns: água, luz, educação e atendimento médico. Organizados em uma União de Moradores, eles construíram uma escola e um posto de saúde e implementaram soluções coletivas em abastecimento de água e luz. É interessante notar que essas soluções foram implementadas antes da conexão do loteamento residencial do bairro aos mesmos serviços públicos (NAZARETH, 2017, p. 53). Em janeiro de 1970, uma queixa de um morador do bairro do Jaguaré foi publicada no jornal Folha de São Paulo. Ele denunciava que o Jardim Jaguaré, como era chamado o loteamento residencial do bairro, não era atendido pelo Departamento de Água e Esgoto e também não havia luz¹6. Em maio do mesmo ano, os moradores de Vila Nova Jaguaré inauguravam um sistema de abastecimento de uma caixa d'água comunitária via poço artesiano¹7, o que também envolveu negociações com a concessionária de luz.

Essas e outras ações se deram no contexto do contato dos moradores com a ACB. A mobilização dos moradores por melhorias repercutiu na grande mídia, ganhando inclusive uma matéria na Folha Ilustrada, intitulada "Uma Favela em Tempo de Avanço" 18, que se referiu ao assentamento como uma "cidadezinha" e uma "ex-favela". Em discurso na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), o deputado Alfeu Gasparini citou a Vila Nova Jaguaré como um exemplo de "espírito comunitário, o espírito de equipe, o mutirão, tão necessário para fortalecimento dos laços comunitários" 19. E os moradores marcaram esse momento de organização alterando o nome da comunidade, que passou a se chamar Vila Nova Jaguaré: "não é favela, é vila", diz um morador na mesma matéria da Folha.

Entretanto, a cada melhoria que conquistavam, a questão da propriedade da terra se tornava mais urgente, visto que os moradores sentiam que suas conquistas estavam ameaçadas pelas políticas de desfavelamento (ou seja, pelas remoções). Assim, em 1973, com a intenção de regularizar o assentamento, a União dos Moradores propõe ao prefeito da cidade a compra de um terço da área do parque. No entanto, foram informados de que a gestão não pretendia a regularização, e sim construir uma praça pública e transferir todos os moradores para outro local<sup>20</sup>. Assim, deu-se início a outro período da história da Vila Nova Jaguaré, marcado novamente pelo medo da remoção, pela precarização das condições de vida e fortalecimento da organização popular junto a outros movimentos de favela. Em reflexo dessas mudanças, a Vila passou a figurar nos registros públicos<sup>21</sup> e na grande mídia<sup>22</sup> como Favela Vila Nova Jaguaré.

Revista Territorialidades, Salvador, v. 1, n. 1, p. 58-76, jan./jun. 2020

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Tavares de Miranda. Folha Ilustrada, 9 dez. 1967, p. 2. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Ajuda para 40 mil favelados. Primeiro Caderno, 4 abr. 1971, p. 17. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Esta cidade é sua. Segundo Caderno, 25 jan. 1970, p. 2 Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup>Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Fim de semana será instável. Primeiro Caderno, 27 set. 1969, p. 9. FOLHA DE SÃO PAULO. Caixa dagua resolveu problema de 180 famílias. Primeiro Caderno, 18 mai. 1970, p. 6. Disponíveis em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Uma favela em tempo de avanço. Folha Ilustrada, 19 nov. 1968, p. 8. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno Executivo, 21 nov. 1968, p. 52. Disponível em: imprensaoficial.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. 600 famílias em terreno da prefeitura. Primeiro Caderno, 25 jan. 1973, p. 14. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno Judiciário, 30 set. 1976, p. 39. Disponível em: imprensaoficial.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Favelados pedem urbanização. Primeiro Caderno, 21 out. 1975, p. 15. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

Ao longo dos anos 1970, com a desestabilização econômica e o aumento do desemprego no país, agravaram-se as condições de habitabilidade e violência urbana. Em São Paulo, a criminalização dos loteamentos irregulares fez com que a única forma de acesso à terra viável aos pobres urbanos fosse a ocupação – entre 1973 e 1987, a população favelada do município aumentou de 1% para 9% (TASCHNER, 2012).

Dada sua localização estratégica próxima a postos de trabalho e à força da luta popular, que proporcionava melhorias e otimismo em relação à permanência, a Favela Vila Nova Jaguaré atraía cada vez mais pessoas, que muitas vezes tinham de ocupar áreas de risco de deslizamento e enchentes. A favela passou a abrigar famílias em diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica, que habitavam casas de madeira ou alvenaria, áreas planas ou com altas declividades, de risco ou bem consolidadas. Quanto mais novas eram as construções, mais precários eram os acessos e mais instáveis as condições do solo (FREIRE, 2006, p. 116-124).

Além disso, a ação pública da prefeitura também incentivou o adensamento e a precarização das favelas mais consolidadas, na medida em que praticava remoções sem soluções definitivas em atendimento habitacional. A Vila Nova Jaguaré foi testemunha da ineficácia dessas ações, recebendo diversas famílias removidas de áreas próximas<sup>23</sup>– algumas delas reassentadas pela própria prefeitura em alojamentos provisórios, que, por descaso, acabaram se tornando definitivos (NAZARETH, 2017, p. 67-68).

Entre meados da década de 1970 e o final de 1980, os movimentos de moradia no Brasil cresceram. Foi um período marcado por fortes pressões sociais, em grande parte devido à crise habitacional, mas também ao início da abertura democrática, que possibilitou a emergência de movimentos sociais que contavam com o apoio de políticos de oposição ao regime militar. Em São Paulo, a prefeitura aboliu o termo "desfavelamento" e direcionou a política pública ao enfrentamento da questão da moradia (BUENO, 2000, p. 62). Mas, mesmo com grandes avanços no âmbito do direito à localização, a maioria dos programas praticava a reurbanização, ou seja, previa a remoção total com provisão de conjuntos habitacionais na mesma área: a favela ainda era vista como "moradia provisória" (SILVA, 2009, p. 119).

Nesse contexto, as lideranças da Vila Nova Jaguaré, agora uma das comunidades mais organizadas de São Paulo, começaram a se identificar com outros movimentos de favela, pois compartilhavam a pauta da regularização fundiária. Unidos a outras favelas do Butantã, constituíram a União dos Moradores do Butantã e realizaram uma série de manifestações que pautaram, principalmente, a compra dos terrenos municipais para que pudessem construir casas de alvenaria. No entanto, como a prefeitura se recusava a regularizar as moradias em "área de uso comum do povo", foram até Brasília para reivindicar a posse da terra diretamente ao Presidente da República<sup>24</sup>.

Nos anos 1980, a favela ganhou maior destaque na cena política, pois era uma das mais populosas da cidade e o país estava em processo de redemocratização. O fim do processo de abertura política e o fortalecimento dos movimentos de moradia foram cruciais para criar condições para as primeiras experiências de urbanização de favelas. No plano das lutas democráticas, ressalta-se a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, vitória do amplo movimento pela Reforma Urbana. Mas, nesse período, em São Paulo, a política habitacional ainda oscilou conforme alternavam-se gestões mais progressistas e outras mais conservadoras, com propostas de regularização urbanística, reurbanização e até desfavelamento para a Favela Vila Nova Jaguaré. No início dos anos 1990, ela foi palco de uma das primeiras experiências de urbanização de favelas do município, mas a intervenção foi limitada e focada no risco geotécnico (NAZARETH, 2017, p. 75-76).

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Favelados do Jaguaré vão ser distribuídos em áreas do Butantan. Primeiro Caderno, 23 mai. 1979, p. 13. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup>Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Figueiredo promete estudar o caso da favela do Butantã. Primeiro Caderno, 19 out. 1982, p. 13. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br. Acesso em: 25 jun. 2020.

Na década de 2000, a valorização imobiliária do Jaguaré foi impulsionada por sua localização privilegiada; ele foi o distrito da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que mais se valorizou entre os anos 1998 e 2008 (FIORAVANTI, 2013, p. 61-62). Paulatinamente, Jaguaré foi se transformando em uma nova centralidade, o que também se refletiu em adensamento, verticalização e aquecimento do mercado imobiliário informal na favela. No ano 2000, o distrito era um dos cinco mais favelizados de São Paulo, com 30% de sua população residindo em favelas (INFOCIDADE, 2000a; 2000b), e a Favela Vila Nova Jaguaré era uma das mais povoadas da capital, com densidade habitacional de 737 habitantes por hectare (FREIRE, 2006).

Em 2001, foi lançado em São Paulo o primeiro grande programa de urbanização plena<sup>25</sup>, e a Favela Vila Nova Jaguaré esteve entre os assentamentos contemplados. Antes das obras, um levantamento socioeconômico verificou que 40% das famílias estavam ali há menos de cinco anos, sendo que a mesma porcentagem tinha renda abaixo de dois salários mínimos. Outro dado é que a maioria dos trabalhadores era registrada (MANSUR et al., 2007).

Por uma série de motivos, houve atraso no início das obras e modificações no projeto original <sup>26</sup>, principalmente nos setores de remoção e provisão habitacional (MOURA; NAZARETH; DOMINGUES, 2015). As obras duraram de 2006 a 2011, sendo que a regularização fundiária foi concluída em 2015, com a entrega dos títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem)<sup>27</sup>. Assim, a designação oficial da primeira favela do Jaguaré passou a ser Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré, assentamento que abriga, hoje, mais de 15 mil pessoas.

Minha pesquisa de campo começou em 2014, 3 anos depois do encerramento das obras, e se estendeu até final de 2016. As maiores transformações físico-urbanísticas observadas eram as das áreas livres. Em praças, taludes e nesgas construídas pela urbanização surgiam garagens, bares, quitandas, cabelereiros, restaurantes e muitas moradias. A partir da disputa pelas áreas livres, revelava-se o jogo de forças da apropriação do espaço, no qual "grupos sociais diferentes, com interesses diferentes, disputam as oportunidades com poderes também diferentes" <sup>28</sup> (NAZARETH, 2017, p. 129). Os benefícios da urbanização estavam em disputa e acabavam concentrados nas mãos dos grupos mais poderosos (ZUQUIM et al., 2019). E essa disputa também era travada de forma simbólica nas narrativas que as pessoas fazem da Vila Nova Jaguaré.

#### NARRATIVAS DA FAVELA URBANIZADA

Ao longo dos trabalhos de campo, a "favela urbanizada" foi descrita de diferentes formas, já que cada interlocutor apresentava uma perspectiva diferente baseada em suas experiências pessoais. Em um contexto de grande diversidade urbana e extremamente contraditório, os moradores articulam constantemente avanços e impasses para elaborar seus posicionamentos. A diversidade de pontos de vista faz a "favela urbanizada" se descortinar em

 $<sup>^{25}\</sup>mathrm{A}$ urbanização plena compreende a regularização urbanística e fundiária. O primeiro programa desse tipo no município de São Paulo foi o Bairro Legal.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> A licitação das obras e o projeto da urbanização da Vila Nova Jaguaré se deram no contexto do programa Bairro Legal. Mas, houve atraso no início das obras devido a problemas na destinação dos recursos. As obras foram executadas somente na gestão seguinte, no marco de um novo programa chamado Urbanização de Favelas. Esse foi um dos motivos que acarretou em modificações no projeto inicial. Moura, Nazareth e Domingues (2015) apontam que as principais alterações no projeto não se deram por questões de ordem técnica.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Cf. SÃO PAULO (cidade). Prefeitura regulariza 3,5 mil moradias na comunidade Nova Jaguaré, 20 nov. 2015. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=207090. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Inspirado em célebre frase do professor Flávio Villaça: "grupos sociais diferentes têm problemas diferentes e lutam pela resolução de seus problemas com forças políticas diferentes" (informação verbal).

"múltiplos planos"<sup>29</sup>. Mas, os moradores articulam três categorias principais em suas narrativas para se referir ao lugar: a "favela urbanizada" é descrita ao mesmo tempo como "favela", "comunidade" e "bairro". Os termos são empregados com diversas conotações em diferentes cidades do Brasil; e são utilizados em Vila Nova Jaguaré com significados específicos para classificar comportamentos, sentimentos, relações e atividades. Para diferenciar essas categorias de análise, que só podem ser compreendidas dentro do contexto desta pesquisa sobre o lugar, das outras conotações que existem, adota-se aspas.

#### "AINDA É FAVELA"

A categoria "favela"<sup>30</sup> é, em geral, usada na Vila Nova Jaguaré para enfatizar a precariedade, violência, degradação ambiental, violação de direitos ou qualquer outro fenômeno que contribua para a estigmatização do lugar. Em outros lugares no Brasil, a palavra também evoca a luta por moradia e os laços sociais; mas no contexto da pesquisa a categoria "favela" geralmente enfatiza o lugar de onde se quer sair, onde se tem medo e vergonha de levar os amigos, onde se tem "bagunça" (lixo, barulho) e tráfico de drogas.

A "favela" segue regras diferentes do "bairro", e lá se está sujeito a outras situações, com outros atores envolvidos: "aqui é favela", provocam algumas pessoas para enfatizar que "aqui é diferente", para falar das disputas e injustiças de um universo bastante hierarquizado, onde o espaço é disputado por muitos e controlado por poucos. O estigma da "favela" é ser associada diretamente à violência e precariedade. As passagens abaixo ilustram a construção dessa categoria:

- Eu tenho muito medo de morar aqui, não vou mentir pra vocês. Igual muita gente fala, "porque o Jaguaré..." não é. Se você só vive dentro de casa, você não sai pra lugar nenhum, você não sabe o que acontece aqui. Mas se você sempre anda, você tá se comunicando com as pessoas, você sabe de coisa que você fica de boca aberta (Funcionária do CCP, moradora da Vila Nova Jaguaré, informação verbal).
- Mas quem é de fora tem muito medo de entrar aqui. Teve uma menina do coletivo [Coletivo Coca-Cola, sediado no CCP], que eu não sei da onde que ela veio, não sei se ela veio de Santo Amaro. Veio um carrão aí, parou. Aí ela entrou, o pai dela falou não sei o quê deu um show aí fora com a menina. Ela: "Ai, gente, desculpa, meu pai não quer". Aí a diretora [do CCP]: "Não, mas aqui não é perigoso", não sei o quê. Ela falou: "Ai, mas ele não quer". E ele levou a filha embora. Mas quem é de fora tem medo de entrar aqui, tem medo de entrar aqui. Porque é comunidade, já fica pensando na favela, então tem um certo receio mesmo (Funcionária do CCP, moradora da Vila Nova Jaguaré, informação verbal).

A categoria é muito utilizada para enfatizar uma série de questões relacionadas à violência urbana que determinam o cotidiano dos moradores. Na "favela", as armas estão mais presentes, a polícia atua com maior truculência e os grupos armados impõem regras de conduta, limitam a liberdade individual e reagem contra aqueles que vão de encontro a seus interesses, muitas vezes forçando famílias a se mudarem. Às vezes, os grupos armados são chamados de "donos da favela" e seu domínio sobre o espaço se materializa nas disputas pelas áreas livres construídas: as moradias de aluguel produzidas por membros do crime<sup>31</sup> tomam praças, áreas

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> A expressão é utilizada por Da Matta (1981, p. 67) para explicar que o Carnaval é resultado da projeção de múltiplas visões da realidade social.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> A conotação da palavra favela varia muito em diferentes regiões do Brasil, mas em Vila Nova Jaguaré prevalece o tom pejorativo.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Durante o trabalho de campo e em conversas com pesquisadores que estudam favelas e periferias, foi identificada a existência de uma facção criminosa relacionada a, pelo menos, um processo de reocupação. No entanto, as informações obtidas ao longo da pesquisa não permitem aprofundar as atividades e formas de atuação desse grupo, apesar de darem pistas que apontam para seu importante papel no desenho da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré.

verdes e encostas, contrastando com os espaços residuais que são ocupados por pequenos comerciantes e coletivos sociais (Figuras 2 e 3).

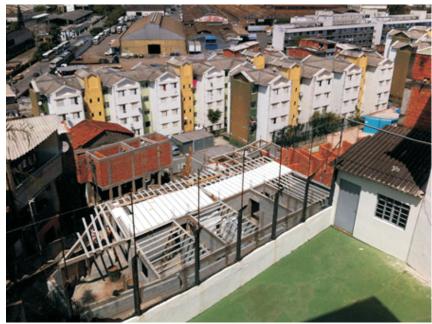


Figura 2 - Reocupações do crime

Fonte: Miguel Bustamante, 2016.



Figura 3 - Reocupações residuais: comércios

A categoria "favela" apresenta uma imagem estigmatizada do assentamento, comum entre aqueles que se sentem prejudicados ou que enxergam a continuidade dos problemas depois da urbanização. Alguns sustentam seus argumentos em fatos que revelam um tratamento diferencial em relação ao resto da cidade: pontos de acúmulo de lixo e entulho, equipamentos abandonados em degradação, problemas em drenagem, tarifas de serviços públicos desproporcionais, ausência de controle e regulação urbana, de iluminação de vielas e de regularização do tráfego de veículos. Criticam a ausência do poder público e a presença de grupos armados que subtraem a liberdade dos moradores. Deste ponto de vista, as melhorias implementadas não foram suficientes para que o núcleo urbanizado deixasse de ser "favela":

- Na verdade aqui é considerado eternamente favela, claro, a gente chama de comunidade, vila mas pras pessoas a maioria aí fora vai considerar aqui eternamente favela, é como se fosse um preconceito que vai ser eterno, [...] aqui hoje é uma vila urbanizada, talvez a gente vai ter escritura, pagar IPTU, tudo normal, vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela, vai, vai, aqui vai ser eternamente, principalmente se o cara faz isso daí [se referindo ao entulho que é constante em frente a sua casa] "isso daí é coisa de favelado" (Morador da Vila Nova Jaguaré, extraído de BARROS, 2014, p. 36).

## "MINHA CASA É AQUI"

Por outro lado, alguns constroem narrativas que enfatizam sentimentos que unem as pessoas enquanto coletivo e revelam uma forte ligação com o lugar onde elas vivem. Muitas vezes, esse é o retrato que se quer passar para os pesquisadores que vêm de fora, de uma comunidade que superou os problemas do passado, um lugar bom de se morar graças às relações comunitárias, onde as soluções sempre passam pelas mãos da população (Figura 4). A categoria "comunidade" aponta para os vínculos sociais, para relações humanas que mesclam laços de vizinhança, amizade e parentesco e reforçam o sentimento de que a Vila Nova Jaguaré é a casa de uma "grande família", conforme ilustra a passagem abaixo extraída de caderno de campo:

Encontro Sofia e arranjamos, em cima da hora, uma entrevista com uma antiga moradora. Conta que recentemente fez as contas: vive há 36 anos na comunidade. Começa dizendo que "Isso aqui antigamente era só terra, esgoto, rato e barraco", e fala sobre as coisas que não existiam, como o piso das ruas e as casas de cinco andares. Em certo ponto da entrevista, pergunto se ela "fez família" aqui em São Paulo, e ela diz que não, pois não pode ter filhos. Estranho o movimento de pessoas em sua casa – uma mulher sempre ao seu lado cuidando dos assuntos da casa, crianças e jovens adultos que entram e saem a todo momento da sala onde conversávamos com a senhora. Pergunto se são parentes, e ela diz que "é tudo amigo", e explica: "Tem dois aqui por causa da cachaça", "Tem essa mulher aqui, essa vizinha", vira-se para a moça ao seu lado e diz "Essa aqui eu peguei pra cuidar, quando segurei no colo sua cabeça era molinha", virando-se, de novo, "Esse homem aí, ele vive lá e é cego das duas vistas". Aponta para as crianças e continua, "Aquela outra é filha dela", "Esses dois moram ali na frente, mas estão dormindo aqui", "E agora tudo vai ficando, criando, tudo aqui dentro de casa" (Anotações de caderno de campo, 5 de maio de 2016).



Figura 4 - Parque infantil construído por coletivo

Fonte: Miguel Bustamante, 2015.

Nesse contexto de vínculo com o espaço, de uma relação específica que cria uma identidade coletiva que une moradores e lugar, as áreas coletivas são vistas como lugar da sociabilidade e do lazer. Através de pequenos gestos, cuida-se das pessoas e dos espaços, como, por exemplo, varrendo vielas de acesso, deixando luzes internas à casa acessas para iluminar algumas passagens ou ajudando vizinhos idosos e outros com problemas de locomoção. Tratase vizinhos como se fossem família e o assentamento como se fosse casa, relembrando os deslocamentos de valores retratados por Vogel e Mello, em "Quando a rua vira casa" (1981).

A "comunidade" retrata também uma possibilidade de inclusão dentro de uma realidade de exclusão socioterritorial. No passado, quando ainda eram negados serviços básicos, como atendimento de água, luz e esgoto, os moradores não viam outra opção senão se unir, e não só para reivindicar e trabalhar por melhores condições de vida, mas também porque sofriam das mesmas mazelas, reconheciam-se reciprocamente em suas dificuldades e anseios. Hoje, a "comunidade" aparece também como uma imagem do lugar que é alheia às opressões vividas cotidianamente e é utilizada para amenizar o senso comum da favela como lugar determinado unicamente pela pobreza. O jargão atual "não é favela, é comunidade" lembra o antigo discurso "não é favela, é vila", que foi adotado pelos moradores no final da década de 1960 como estratégica política. A passagem abaixo traz uma reflexão desse discurso:

- Na verdade, quando você vê os próprios moradores falando favela, eles tão falando pro lado ruim, mesmo, não é o lado bom. Eu falo favela porque eu sempre falei favela, eu conheci como favela, pra mim é favela, não é comunidade. É favela. Mas não pro lado ruim, porque é o termo que eu conheço, é o termo que eu me identifico, que eu sempre ouvi. Aí agora, principalmente o pessoal da área social fala muito "comunidade". Mas pra mim continua sendo favela, do mesmo jeito. Mas eu vejo que aqui em São Paulo a visão é diferente, de favela. [...] A visão é diferente. Quando a pessoa fala: "Ah, favela do Jaguaré", você pode até tá falando de uma maneira normal, mas a outra pessoa tá olhando de um outro jeito. Com uma visão às vezes de preconceito, "Ah favela, né?". "Não é favela, é comunidade". Eu não sei por que isso também, não entendo (Professora do CCP, moradora de Vila Nova Jaguaré, informação verbal).

A narrativa que toma a "comunidade" como central se distancia da dicotomia de "coisas boas e ruins". Principalmente entre moradores mais antigos, é comum a expressão de um sentimento de pertencimento ao lugar, um envolvimento afetivo que passa ao largo de problemas e virtudes. A pedra angular dessas narrativas são os laços de vizinhança e solidariedade, que sustentam as lutas cotidianas e permitem o avanço do coletivo. Ou seja, retratam uma relação mais intimista com o lugar, o que reforça uma visão de que a Vila Nova Jaguaré é a casa dessa "comunidade". Apesar da urbanização ter modificado sensivelmente essa dimensão na medida em que contribuiu para a evasão de muitos moradores que não conseguiram permanecer frente às dinâmicas de valorização imobiliária, ou que simplesmente foram removidos e reassentados pela frente de obras, muitos moradores ainda se reconhecem como uma "comunidade".

#### "UM BAIRRO COMO QUALQUER OUTRO"

A categoria "bairro" está presente em narrativas sobre a regularização fundiária, melhorias em mobilidade e ingresso de uma série de serviços, comércios e entidades que prestam assistência social, promovem cursos, atividades culturais e esportivas. As narrativas realçam não só os benefícios das obras de urbanização, mas também uma série de oportunidades proporcionadas por políticas públicas que favoreceram a inserção urbana do assentamento. Moradores começaram a investir mais no embelezamento das fachadas e na construção de moradias de aluguel muito bem decoradas (figuras 5 e 6). Nesse contexto, defende-se que a Vila Nova Jaguaré é um bom lugar para se morar:

- Às vezes eu até converso, falo "Meu, vem pra cá, vem morar aqui próximo, no Jaguaré". Porque eu vi como é diferente as coisas, é mais fácil acesso a tudo. Só que elas não largam, não... não largam o lugar, não. Aí assim, eu saí de uma favela e fui morar em um lugar considerado, assim, nobre, aqui na zona oeste, no Butantã – próximo ali do Bonfiglioli, próximo a USP. Mas aí assim, eu saí dum lugar que nem era asfaltado direito e fui prum outro lugar totalmente diferente (Professora do CCP, moradora de Vila Nova Jaguaré, informação verbal).



Figura 5 - Fachada redecorada

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, 2015.



Figura 6 - Investimentos na moradia: varandas

Fonte: Google Maps, 2016.

Mas, se, por um lado, a categoria aponta para os novos postos de trabalho, novas atividades de lazer, facilidades em atendimento à saúde e novos equipamentos públicos, por outro lado, ela ressalta também uma mudança no modo de vida, já que agora cresce mais do que nunca uma perspectiva que vê na exploração do espaço uma oportunidade para gerar grandes rendimentos.

Seja pela recente transformação do bairro do Jaguaré em uma nova centralidade ou pelas obras de urbanização, o cotidiano da Vila Nova Jaguaré sofreu grandes mudanças desde a virada dos anos 2000. Atualmente, revela-se um conflito entre o recente desenvolvimento econômico e as antigas relações comunitárias, em que forças que prezam por usos coletivos e direcionados à "comunidade" perderam espaço para outras que pretendem conectar o

assentamento à cidade e às dinâmicas do capital. A emergência de atividades extremamente lucrativas e a evasão de muitos moradores criou um clima de disputa individual e desconfiança que fortalece um sentimento de que a "comunidade" não é mais como antigamente.

A categoria "bairro" está relacionada tanto aos direitos conquistados quanto à mercantilização do espaço. Afinal, a consolidação da favela, impulsionada pelas lutas populares que reivindicavam que os assentamentos populares também são cidade, permite também o avanço do mercado imobiliário (formal ou informal). À medida que a Vila Nova Jaguaré deixava de ser vista como "moradia provisória" pelo poder público, crescia a segurança de permanência e, com ela, os investimentos se tornavam mais seguros. É esse contexto que incentiva tanto o embelezamento de fachadas quanto a produção de moradias de aluguel, que se tornou atividade altamente lucrativa.

Em contraposição à categoria "favela", o "bairro" evoca uma condição de cidadania e isonomia que faz dos conflitos mais justos, pois são mediados por instâncias normativas formais e não pela "lei do mais forte" ou por regras paralelas impostas pelos grupos armados. Nesse sentido, o "bairro" reforça a individualidade, mas também fortalece as liberdades individuais e a inserção urbana, permitindo trocas que conectam a Vila a outros lugares e outras culturas.

Em suma, as narrativas que focam no "bairro" celebram as novas oportunidades e facilidades, grandes avanços que fazem com que a urbanização seja vista como positiva. Principalmente, elas valorizam a regularização fundiária, os serviços públicos individualizados e o fato de agora possuírem um endereço formal, o que lhes dá acesso a diversos serviços que antes lhes eram negados, como entregas a domicílio e crédito bancário. Algumas pessoas apontam também para a "diminuição do estigma de favela" e, com efeito, sentem-se mais confiantes em expor seu local de moradia para empregadores e pessoas de fora da Vila. Esses moradores veem claras diferenças entre o cotidiano atual e o passado, já que a urbanização plena impulsionou o desenvolvimento local, valorizou os imóveis e transformou a paisagem de maneira positiva. Nessa perspectiva, defende-se que a Vila Nova Jaguaré é, hoje, como qualquer outro "bairro" da cidade.

## AS TERRITORIALIDADES DA FAVELA URBANIZADA

Apesar das melhorias em mobilidade, qualidade de vida e do desenvolvimento da economia local, ainda persiste a falta de controle urbano, a qualidade insatisfatória dos serviços e o controle social exercido pela criminalidade. A "favela urbanizada" é uma "nova realidade" determinada entre desenvolvimento e precariedade, formalidade e informalidade, institucionalidade e criminalidade.

Nesse contexto contraditório, os relatos sobre o momento atual se constroem a partir de três categorias que desenham três visões do espaço da Vila Nova Jaguaré. As categorias se sobrepõem e se contrapõem para modular múltiplos posicionamentos. Essas categorias realizam um recorte virtual, costurando e classificando certos objetos e ações, comportamentos e relações humanas, cenários e atividades. Por isso, argumentamos que elas apontam para territorialidades que constituem a "favela urbanizada".

Para Garcia (1976), a apropriação do espaço se estrutura a partir de territorialidades, ou seja, padrões de comportamentos, sentimentos, relações sociais e atividades. Para Raffestin (1993, p. 158-163), a territorialidade pode ser definida como "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo" e reflete "a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade". Sua estrutura está, portanto, nas relações entre os atores, já que "a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros".

A apropriação se apresenta como campo onde se encontram forças mobilizadas por parte de grupos que entendem o espaço de maneiras distintas e possuem "capacidades de apropriação" desiguais (BOURDIEU, 2012; GARCIA, 1976; RAFFESTIN, 1993). E as

territorialidades são regras e padrões produzidos nesse campo que estruturam as formas como o indivíduo entende e se relaciona com o espaço.

A apropriação segue uma gramática que opera recortes sobre o espaço e atribui significados a eles, já que o espaço abstrato não é inteligível, sendo incompatível com a vida social (GARCIA, 1976; VOGEL; MELLO, 1981). Cada categoria que utilizamos em nosso diaadia – como a rua, a casa, a praça – aponta para ambientes que permitem diferentes usos e comportamentos, além de excluírem ou incluírem determinados grupos: a casa é lugar da família, a praça é local de lazer, a rua é lugar do trabalho (DA MATTA, 1981; GARCIA, 1976; VOGEL; MELLO, 1981). Cada um desses recortes evoca significados dominantes e aponta para os usos mais habituais; mas esses espaços também podem se transformar a depender do contexto que se apresenta. As festas são o exemplo mais notório de deslocamento de valores: uma comemoração em casa de família ressignifica os espaços privados, na medida em que permite a circulação de pessoas que não pertencem ao círculo familiar; de outro modo, as festas populares, como o carnaval de rua, transformam o espaço público em lugar de encontro e sociabilidade (DA MATTA, 1981; GARCIA, 1976).

Para Garcia (1976), o sentido operativo das territorialidades se dá em relações de inclusão e exclusão de indivíduos, famílias e grupos que constituem a sociedade. Por isso, seguem recortes de classe, etnia, gênero, orientação sexual, alinhamento político, etc., que só podem ser entendidos no contexto de determinada cultura. As territorialidades são produzidas, nesse sentido, nas relações de produção e consumo, e as ligações e rupturas do espaço urbano são a dimensão territorial das contradições desses processos (RAFFESTIN, 1993).

No Brasil, algumas expressões que se referem a recortes socioespaciais são os pares "centro-periferia", "casa-rua", "favela-bairro", "morro-asfalto", "rural-urbano", etc. São categorias que classificam o espaço: operam recortes, atribuem significados e incluem ou excluem pessoas, comportamentos e atividades. Elas delimitam relações sociais, qualificam os espaços físicos e produzem recortes reais ou virtuais. Do ponto de vista dos processos humanos de semantização, o espaço é uma "expressão metafórica de algum aspecto da estrutura social", e as categorias expressam uma "territorialidade metafórica" (GARCIA, 1976, p. 103).

Mas, é importante lembrar, as relações entre os atores sociais estão em constante movimento, o que implica a variável temporal da territorialidade. O espaço está a todo momento sendo reproduzido e reinterpretado no campo das relações de apropriação. No plano do vivido, os significados e as relações de inclusão e exclusão são dinâmicas, pois estão relacionadas a contextos. Na linguagem, isso se exprime em relações associativas que permitem outros significados (metonímias): como a "rua" que vira "casa" de Vogel e Mello (1981). A "territorialidade metonímica" geralmente opera a partir dos significados metafóricos, situando-os em um contexto (GARCIA, 1976). Ou seja, as territorialidades metafóricas se articulam de forma dinâmica e produzem grande variedade de formas de apropriação. Naturalmente, a separação desses dois tipos de territorialidade é um recurso analítico, já que eles se combinam em processos cognitivos mais complexos no plano do vivido. Em todo caso, a análise proposta por Garcia revela aquilo que está por trás da aparência da apropriação do espaço: os significados, seus conflitos e combinações.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As categorias utilizadas pelos moradores de Vila Nova Jaguaré recortam comportamentos, sentimentos, atividades, chegando a envolver relações de inclusão e exclusão. Por isso, elas apontam para territorialidades, ou seja, para alguns dos possíveis significados do espaço da Vila Nova Jaguaré. Existem objetos, ações e dinâmicas que são reconhecidos como "de favela", "de comunidade" ou "de bairro". Essas categorias também são disputadas nas narrativas, contextualizadas em trajetórias individuais, adquirindo outras conotações. Elas se

movimentam obedecendo a formulações semânticas (metafóricas e metonímicas) construídas a partir das memórias de uma pessoa que busca retratar o momento atual.

A "favela urbanizada" é uma representação construída a partir de memórias de pessoas que enxergam a consolidação da Vila Nova Jaguaré de diferentes maneiras. Os moradores tensionam os avanços e impasses da luta pelo direito dessa favela à cidade, e assim retratam a consolidação como uma "história do presente" (CAVALCANTI, 2009). A "favela urbanizada" é, nessa medida, uma narrativa construída a partir de memórias particulares e dentro uma história comum do "desenvolvimento moderno do atraso" (MARICATO, 1996, p. 14-15). E essa narrativa fala, justamente, das contradições da inserção urbana em um contexto de urbanização excludente, nos incentivando a reconstruir outras histórias da cidade que são produzidas nas diversas favelas e periferias do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

- BARROS, G. G. Remoções provenientes de projetos de urbanização de favelas no município de São Paulo: o caso do Jaguaré. Relatório (Iniciação Científica CNPq) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014, 41 p.
- BIMBI, L. **Uma veia de utopia: a trajetória de Luiza Erundina de Souza**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 159-166.
- BUENO, L. M. M. **Projeto e favela**: metodologia para programas de urbanização. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidade. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FIORAVANTI, L. M. **Da periferia à centralidade**: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2013.
- FREIRE, L. M. **Encostas e favelas**: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- GARCIA, J. L. **Antropologia del territorio**. Madri/Espanha: Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1976.
- GOLDENSTEIN, L.; ROSSINI, R. E. O bairro industrial do Jaguaré, SP. São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 47, p. 30-72, maio 1972.
- INFOCIDADE. Estimativas de população e domicílios em favelas: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Infocidade, 2000a. Disponível em: infocidade.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: jun. 2018.
- INFOCIDADE. **População recenseada e taxas de crescimento**: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Infocidade, 2000b. Disponível em: infocidade.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: jun. 2018.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. (Traduzido pelo grupo "As (im)possibilidade do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG).
- MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

- MANSUR *et al.* Estudo sobre o processo de intervenção em favelas e Habitações de Interesse Social em encostas. 2007. Monografia (Graduação em Engenharia) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à esquerda, 2000. p. 121-192.
- MAZO, L. M. S. **Medellín**: uma cidade construída a "várias mãos"? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MOURA, R. C.; NAZARETH, M. B. F.; DOMINGUES, C. G. Favela Nova Jaguaré: entre o projetado e o executado nos eixos habitação e espaços livres. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO (III CIHEL), 3., 2015, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.
- NAZARETH, M. B. F. **Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.
- RISLER, J.; ARES, P. **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires/Argentina: Tinta Limón, 2013.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SILVA, M. G. P. Percurso da ação pública nas áreas informais do município de São Paulo: urbanização de favelas, mutirão e autoconstrução 1979-1994. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- TASCHNER, S. P. **Moradia da pobreza**: habitação sem saúde. 1982. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- TASCHNER, S. P. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 5, p. 9-27, maio 2012. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294. Acesso em: jun. 2018.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (online), São Paulo, v.15, n. 44, p. 5-34, 2000.
- VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. (coord.). **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.
- ZUQUIM, M. L.; MAUTNER, Y. (org.). **Velha Nova Jaguaré**. São Paulo. VIDEOFAU. Documentário online (28 min.), 2013. Disponível em: vimeo.com/75771527. Acesso em: 2 set. 2015.
- ZUQUIM, M. L.; MAZO, L. M. (org.); MAUTNER, Y. (col.). **Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- ZUQUIM, M. L. *et al.* Urbanização em disputa. A apropriação dos espaços públicos em Santo Domingo Savio (Medellín) e Vila Nova Jaguaré (São Paulo). **Revita F@ro**, Valparaíso (Chile), Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Playa Ancha, v. 2, n. 30, p. 83-103, 2019.

# INFORMAÇÕES DO/A AUTOR/A

### Miguel Bustamante F. Nazareth

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF). Atua em projetos de regularização fundiária e urbanística como supervisor da equipe de cadastramento e integrante da equipe de projeto urbanístico. Como pesquisador, interessa-se principalmente pela apropriação do espaço em favelas e por todas as contribuições que as favelas e periferias trazem ao estudo do ambiente urbano.

E-mail: mgbustamante@gmail.com Orcid: orcid.org/0000-0003-4884-2701 Lattes: lattes.cnpq.br/4933387164554110

Recebido em 27/02/2020 Aceito em 18/06/2020